

Governo

Sócrates insiste nas justificações para o défice

O Primeiro-ministro disse hoje que o aumento do défice das contas públicas para 9,3% não resultou de “descontrolo”, mas sim de uma decisão do Governo que está em linha com as principais economias mundiais.

“Decidimos aumentar o nosso défice não por descontrolo, mas para ajudar a economia, as empresas e as famílias”, disse Sócrates na conferência “Orçamento do Estado 2010”, organizada pelo Diário Económico e pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

“O défice orçamental português aumentou por uma boa razão: para responder à crise”, sublinhou José Sócrates, que, de seguida, comparou o aumento do défice em Portugal nos últimos dois anos com a evolução do mesmo indicador noutros países. O défice português, recordou, passou de 2,6%, em 2007, para 9,3% no ano passado, o que representa uma subida de 6,7 pontos percentuais, quando, nos países do G-20, “a média de crescimento foi de 6,9% nesses dois anos e nos países da OCDE aumentou 6,8%. Nos Estados Unidos, nos dois últimos anos, subiu 9,7%. No Japão 8% e em Espanha 13,8%”.

Crise ainda não acabou

O Primeiro-ministro considerou ainda que foram os gastos adicionais do Estado português - causadores do aumento do défice - que fizeram com que Portugal tenha conseguido “sair da recessão técnica” e tenha registado “no terceiro trimestre de 2009 um crescimento económico dos mais fortes da Europa”.

“Hoje poderemos ter, com boa segurança, a perspectiva de que, no final de 2009, a queda do produto será bastante inferior à que se previa no início do ano”, sublinhou Sócrates, referindo, ainda, que “a crise ainda não acabou”, pelo que, em 2010, o Estado “vai continuar a fazer num esforço orçamental muito grande”.

Conselho de Ministros extra assinalou 100 dias

A aprovação da “Conta poupança-futuro” para recém-

nascidos marcou o Conselho de Ministros extraordinário, que decorreu no Centro Cultural de Belém e marcou os primeiros 100 dias da legislatura.

Por cada novo bebé que nasça, o Estado abre uma conta com 200 euros, em nome da criança, que só poderá ser mobilizada aos 18 anos. O objectivo é que a medida chegue aos 100 mil bebés, que nascem todos os anos em Portugal. Para além do que já tinha sido anunciado, o Governo vai estender a medida a todas as crianças com menos de oito anos, que vão poder beneficiar da conta e dos benefícios fiscais, mas não dos 200 euros iniciais. A Conta Poupança-Futuro terá deduções fiscais idênticas às de um PPR.

O secretário de Estado da Presidência, João Tiago Silveira, sublinhou que se trata de uma “medida emblemática da legislatura e deste Governo”, mas o presidente da Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social (CNIS) disse hoje à **Renascença** que a medida, na actual conjuntura, não é relevante.

O Padre José Maia considera, até, que a medida provoca mais clientelismo do que proporciona futuro e defende a necessidade de dar, por exemplo, mais apoio à frequência de creches.

País “dinâmico e positivo”

Depois do Conselho de Ministros, o Primeiro-ministro José Sócrates e vários ministros reuniram-se com personalidades “que representem um país dinâmico, positivo e que ajudem a apontar caminhos e medidas futuras”, nas palavras de fonte governamental.

Participaram na reunião, entre outros, o reitor da Universidade Nova de Lisboa, António Rendas, o presidente da AEP, José António Barros, o investigador Alexandre Quintanilha, a pintora Graça Morais, a artista plástica Joana Vasconcelos, a cantora Ana Free, o arquitecto Carrilho da Graça e a coreógrafa e bailarina Olga Roriz e o presidente da Comissão de Atletas Olímpicos.

100 dias

Ángela Silva(*)

Foram cem dias erráticos, estes, como se o Primeiro-ministro tivesse sido surpreendido pelas eleições que lhe tiraram a confortável maioria absoluta e o tivessem deixado sem norte.

José Sócrates esteve dois meses sem iniciativa política. Tirando a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo, o Governo praticamente não legislou. Os poucos diplomas que aprovou foi para recuar relativamente ao que dissera e para se aproximar de medidas defendidas pela oposição, como foi o caso do fim das taxas moderadoras para internamentos e cirurgias.

No resto, tivemos um Primeiro-Ministro queixoso, sempre a tentar passar a ideia de que não havia condições para

governar, sempre a apontar o dedo às oposições, ou seja, indistintamente, tentava “esticar a corda” e arranjar pretextos para abrir uma crise política. Porquê? Porque José Sócrates não é, definitivamente, talhado para negociar, para ouvir e para ter que consentar posições e a maioria relativa vive disso.

Foi preciso Cavaco Silva lembrar ao Primeiro-ministro que ele próprio, Cavaco, quando chefiou o Governo, fê-lo sem maioria absoluta e até conseguiu aprovar leis e reformas importantes. E o recado que Cavaco enviou a Sócrates deixou claro que o PS não poderia contar com o Presidente para crises artificiais, porque Cavaco não convocaria

eleições antecipadas.

A partir daí, José Sócrates “fez-se à vida”: chamou os partidos, escolheu parceiros, negociou e até já conseguiu assegurar a aprovação do Orçamento de Estado, apesar do contexto de austeridade.

Uma coisa estes cem dias não escondem: Sócrates já não é o mesmo Primeiro-Ministro, já não cumpre a tarefa com o ânimo da primeira Legislatura e já não consegue transmitir a confiança de outros tempos na condução do país.

A crise é muito difícil e explicará muito, mas não explica tudo.

(*) *comentadora de Política da Renascença*



Governo

Sócrates volta a justificar défice nos 100 dias

Um Conselho de Ministros extraordinário foi uma das iniciativas com que o Governo assinalou hoje 100 dias de mandato. Noutra iniciativa, o Primeiro-ministro repetiu justificações para o valor do défice das contas públicas. » Pág.5